

BC abre discussão com bancos credores

22 DEZ 1986

GAZETA MERCANTIL

Dir. Externa

por Paulo Sotero
de Washington

O diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, reuniu-se com o comitê representativo dos bancos credores, em Nova York, na tarde da sexta-feira passada.

De acordo com fontes financeiras ouvidas por este jornal, a reunião, que estava marcada desde a semana anterior, teve dois objetivos principais. O primeiro era ouvir o relato do diretor do Banco Central sobre os resultados da reunião de que ele participara, na véspera, em Paris, e que resultou na decisão dos governos credores do Brasil de aceitar discutir o pedido de reescalonamento de cerca de US\$ 3,2 bilhões em pagamentos atrasados da dívida oficial, sem o monitoramento tradicional do FMI.

O sucesso da renegociação da dívida a governos, que ficou marcada para o dia 19 de janeiro, é uma precondição para o início dos entendimentos sobre um acordo de reestruturação multianual com os bancos.

O outro tópico importante da agenda era, de acordo com as fontes, tratar de algumas providências que

devem ser tomadas para abrir espaço para as negociações com os bancos. Neste particular, a principal providência a ser tomada é a prorrogação, por pelo menos dois meses, da data de vigência do acordo parcial de renegociação dos vencimentos de 1985 e 1986, que expira em meados do mês que vem.

No início da noite de sexta-feira, a reunião entre Seixas e os banqueiros prosseguia, na sede do Citicorp. Uma fonte financeira disse a este jornal que os banqueiros esperavam receber de Seixas, durante o encontro, informações mais precisas sobre quando o governo brasileiro pretende apresentar-lhes sua proposta de renegociação.

A propósito, começam a surgir entre os banqueiros os primeiros sinais de ansiedade em relação a um possível pedido de dinheiro novo por parte do governo brasileiro. Duas semanas atrás, o ministro da Fazenda, Dilon Funaro, disse a dois banqueiros que visitou em Nova York que o Brasil não tinha intenção de pedir dinheiro novo, segundo a chamada "fórmula involuntária".

O fato de o acordo com o Clube de Paris não ter sido finalizado não deverá, segundo a fonte, atrapalhar o

início dos entendimentos com os banqueiros, previsto para janeiro, até porque se espera que o acordo com o Clube de Paris seja concluído já no mês que vem, enquanto as negociações com os bancos não deverão estar terminadas antes de março ou abril, na melhor das hipóteses.

Outros fatores poderão, contudo, dilatar consideravelmente o cronograma das negociações. Um deles, citado pelo The Wall Street Journal, na sexta-feira passada, é "a necessidade de o governo brasileiro desenvolver um sistema que permita aos governos credores monitorar o programa de reestruturação da economia do País". Este sistema, indicou a este jornal uma fonte oficial brasileira, não é incompatível com a limitação do envolvimento formal do FMI no acompanhamento da economia do País à visita anual prevista no artigo 4º dos estatutos da instituição. Ele envolverá, possivelmente, algumas fórmulas de automonitoramento a ser estabelecido pelas próprias autoridades econômicas, com o que a fonte classificou de "contatos ampliados" com o FMI, sempre que os fatos os justificarem.

(Ver página 16)